

Modernização da economia só vai depender de congressistas

Marcos Magalhães

O ano legislativo que começa nesta segunda-feira deverá ser decisivo para o retorno dos capitais estrangeiros ao País. Embora espremidos por um calendário que prevê a realização de eleições municipais em outubro, os parlamentares terão pela frente uma agenda marcada por propostas de modernização e abertura da economia brasileira, capazes de torná-la mais atrativa para os investidores internacionais.

“Vamos lutar para aprovar as propostas de modernização ainda durante o primeiro semestre”, anuncia o líder do governo na Câmara, deputado Humberto Souto (PFL-MG), precavendo-se contra a pasmaceira que deverá tomar conta do Poder Legislativo às vésperas do pleito municipal.

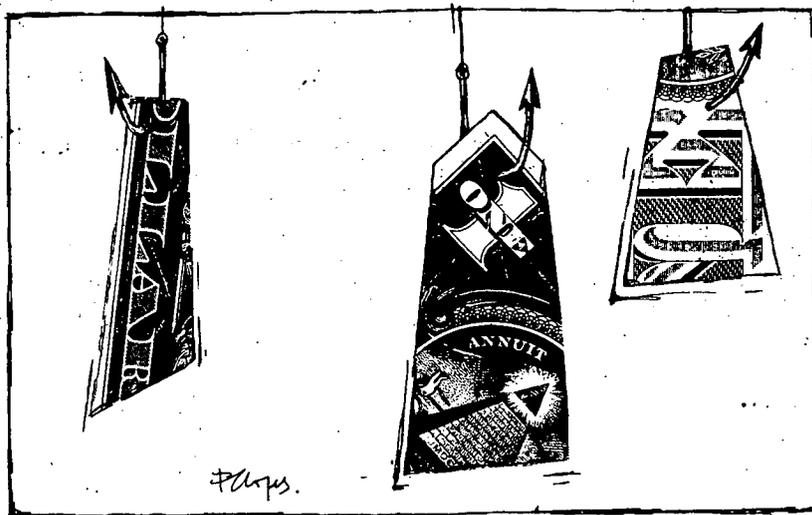
Embora tenha sido marcado por posições marcadamente nacionalistas até a elaboração da Constituição, em 1988, o Congresso se vê agora lotado de proposta de abertura ao exterior. Caso todas elas fossem aprovadas, estaria aberto o caminho para que empresas estrangeiras investissem em telecomunicações, refino e transporte de petróleo, construção de estradas e operação de serviços públicos. Além disso, elas seriam equiparadas às empresas nacionais e ainda teriam facilitado o direito de enviar lucros para o exterior.

Um documento reservado que acaba de chegar ao Ministério da Economia — elaborado pela assessoria legislativa do governo no Congresso — coloca entre os principais assuntos pendentes no Legislativo a emenda constitucional sobre a modernização da economia e o projeto de lei que permite a concessão de serviços públicos à iniciativa privada.

O projeto de emenda à Constituição 56-A, derivado da proposta original do Emendão, procura acabar com os principais muros de defesa contra o capital estrangeiro erguidos pelos constituintes de 1988. Ele acaba com a definição de empresa brasileira de capital nacional — a qual estariam reservados privilégios não concedidos às multinacionais — e se limita a considerar como empresa nacional a “constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede e administração no País”.

Opositores

A equiparação certamente terá opositores. Junto ao PEC 56-A, tra-



mita na Câmara um projeto de lei do senador Maurício Corrêa (PDT-DF), já aprovado pelo Senado, que procura regulamentar o tratamento preferencial às empresas brasileiras de capital nacional na aquisição de bens e serviços pela administração federal. A proposta, que pretende aplicar a preferência para desempate em concorrências públicas, pretende justamente regulamentar um dispositivo da Constituição que o governo procura eliminar.

Segundo o projeto de emenda apresentado pelo Palácio do Planalto, só receberão tratamento favorecido as empresas de pequeno porte, independente de quem detenha o seu capital. Ele retira do monopólio da união o refino, importação e transporte de petróleo, além de permitir a exploração, mediante concessão, de serviços de telecomunicações e de pesquisas e lavra de minérios nucleares.

Considerado tão prioritário quanto a emenda constitucional é o projeto de lei do senador Fernando Henrique Cardoso (PDS-SP), já tramitando na Câmara, que prevê a concessão de serviços públicos à iniciativa privada. Com a sua aprovação, capitais nacionais e estrangeiros poderão construir e operar serviços como rodovias e ferrovias, aliviando o governo de parte de um ônus que hoje recai exclusivamente sobre ele.

Iniciativas

Algumas iniciativas isoladas de parlamentares do governo e da oposição também apontam para a liberalização do tratamento do capital estrangeiro. Duas delas são

de autoria do deputado Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE).

O primeiro isenta as empresas multinacionais do pagamento de um adicional de imposto de renda para as remessas de lucros superiores a 12% sobre o capital investido, cobrado atualmente. Segundo a justificativa apresentada pelo deputado, de cada US\$ 100 enviados de volta nessas condições, apenas US\$ 35 chegam a seu destinatário, enquanto na Austrália a cifra sobe a US\$ 51 e no México a US\$ 65.

O outro projeto de Coelho pretende autorizar o Poder Executivo a instituir um programa de conversão da dívida externa em investimentos para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além do Vale do Jequitinhonha e do Estado do Espírito Santo. O prazo mínimo de permanência no País dos recursos convertidos seria de 12 anos.

Todas essas propostas poderão ser votadas ao longo de 1992, ano em que também deixa de existir a reserva de mercado para produtos de informática, como ficou acertado em lei aprovada pelos parlamentares em outubro do ano passado.

As questões que envolvem o relacionamento com capital estrangeiro, porém, ainda causam muita polêmica. Como exemplo da reação aos capitais externos no Congresso Nacional, existe um projeto do deputado Carlos Cardinal (PDT-RS), tramitando nas comissões da Câmara, que pretende obrigar as empresas multinacionais a manter proporcionalidade entre seus empregados brasileiros e estrangeiros, inclusive nos cargos de direção e gerência.